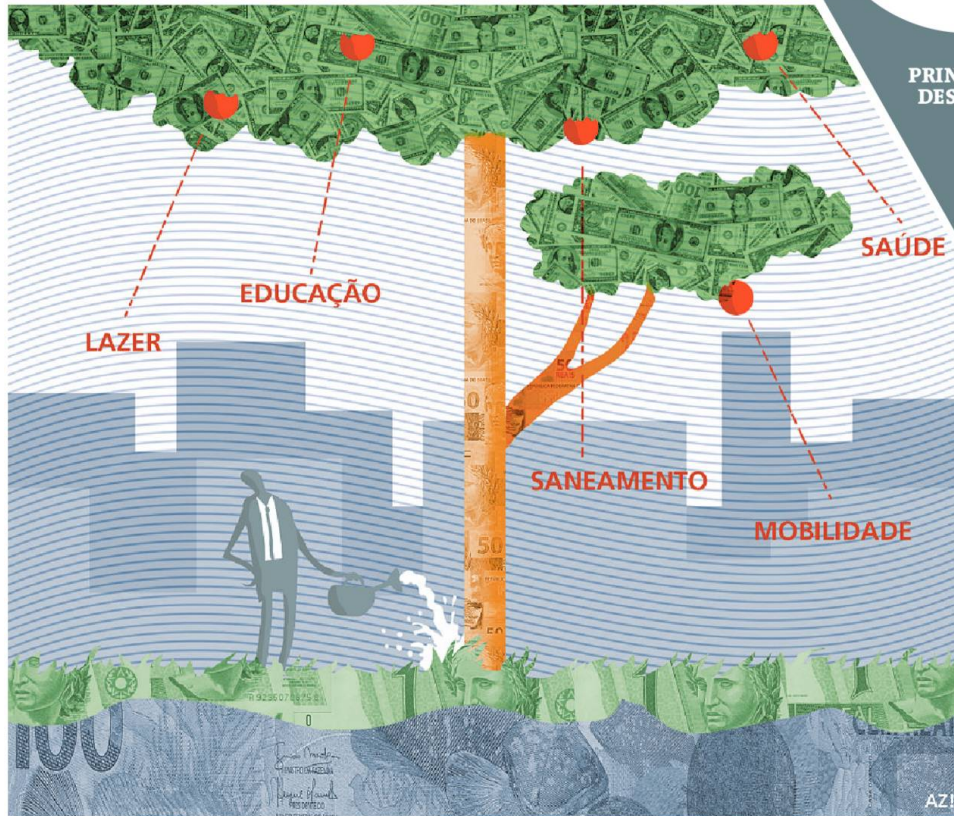


GRANDES DESAFIOS
DOS MUNICÍPIOSOLHAR
FUTURO

Gestão fiscal

FINANÇAS PÚBLICAS Falta de dinheiro para investimento está entre os desafios a serem enfrentados pelos novos gestores nos próximos anos

Novos prefeitos devem enfrentar escassez de recursos para investir



CRISE

Enfrentar cenário de aumento de despesas e baixa arrecadação

FISCALIZAÇÃO

Melhorar mecanismos de controle do recolhimento de impostos

ARRECADADAÇÃO

Adotar formas próprias de municipal arrecadação municipal

PREVIDÊNCIA

Reduzir déficit para evitar que sistema fique insustentável

PRINCIPAIS DESAFIOS

OLHAR DO ESPECIALISTA



Representação / Facebook

Contrariando o espírito descentralizador da Constituição de 1988 assistimos, ao longo dos anos, uma concentração de recursos no âmbito do governo federal. Esta realidade, aliada a outras variáveis, impõe a necessidade da construção de um novo federalismo fiscal que estabeleça um equilíbrio da repartição das receitas tributárias no Brasil, de modo a contemplar melhorias para Estados e Municípios. De igual modo, há que se reconhecer que a Lei de Responsabilidade Fiscal precisa ser incorporados novos dispositivos que promovam a adequação de suas exigências às variações nas receitas públicas, particularmente aquelas decorrentes das oscilações do nível de atividade econômica. Tais constatações, no entanto, não tornam menor a exigência, inadiável, das gestões públicas se orientarem pelos princípios constitucionais que norteiam a administração pública, particularmente aqueles que enfatizam o combate às ineficiências, desperdícios e corrupção. Em suma, não é honesto combater as desigualdades geradas pela legislação sem que se adote, na gestão, posturas que privilegiem o atendimento das demandas sociais, em detrimento das vantagens privadas tão expostas no cotidiano.

BRUNO LUIZ SANTOS

O cenário fiscal que aguarda os próximos prefeitos baianos é desafiador. Realidade já enfrentada pelos atuais, a falta de recursos para investimentos nas cidades não deve ser muito diferente para quem assumirá as prefeituras a partir de 1º de janeiro de 2021. Apesar do aumento das despesas, a arrecadação não cresce no mesmo ritmo. Com isso, os gestores devem esperar um orçamento engessado, comprometido para pagamento de despesas obrigatórias, como salário de servidores, e com pouca margem para investimentos em obras, segundo avaliação de especialistas ouvidos por A TARDE.

Desigualdade

Consultor técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Eduardo Stranz afirma que a situação financeira delicada dos municípios vem de 1988, quando a Constituição deu às cidades atribuições que antes eram de estados e da União, como custear educação e saúde.

Entretanto, apesar das novas funções, os entes não recebem repasses suficientes do governo federal para pagar as despesas, situação que se agravou ao longo dos anos.

“Está cada vez mais complicado gerir um município. Essa crise [nas finanças municipais] é um pouco sem fundo”, lamenta o consultor. Ainda segundo ele, os gestores precisam “cobrir uma parte para descobrir outra”,

“Ao invés de se esforçar para que a população pague tributos, prefeito prefere ir comodamente à Brasília”

HELCONIO ALMEIDA, professor de Direito Tributário



IAF / Divulgação

ao ter que escolher qual área vai receber dinheiro em detrimento de outra.

Caminhos

Stranz afirma que o caminho para melhorar a situação fiscal dos municípios é uma mudança do pacto federativo, para que eles possam ficar com uma fatia maior das receitas disponíveis no país atualmente, a União detém 55% do bolo arrecadatório, enquanto os municípios recebem 20%.

Para o professor de Direito

“Aumento de despesa com previdência traz a pergunta: vai sobrar dinheiro para investimentos?”

THIAGO DANTAS, secretário municipal de Gestão



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 05-06-2019

Tributário da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Helcônio Almeida, as cidades precisam criar suas próprias formas de aumentar a quantidade de recursos em caixa. Na avaliação dele, só há uma forma de melhorar a arrecadação municipal por conta própria: ampliar os valores obtidos via Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o IPTU, destinados exclusivamente para a prefeitura.

De acordo com ele, em

a população e em obras que possam desenvolver a cidade. “Quanto mais dinheiro, mais prestação de serviço público. Município não tem de onde tirar dinheiro. Eles não têm condições de melhorar a arrecadação a não ser aperfeiçoando os mecanismos de arrecadação”, defende.

Previdência

A situação da previdência dos servidores da prefeitura de Salvador precisará ser avaliada com cuidado pelo próximo chefe do Executivo, segundo o secretário municipal de Gestão, Thiago Dantas.

Conforme o titular da Semge, monitorar o déficit atuarial é essencial para traçar políticas que evitem que a previdência se torne insustentável futuramente.

O equilíbrio atuarial mede a diferença entre quanto o fundo previdenciário recebe de recursos e quanto precisa ter para pagar os benefícios, tanto atuais como futuros. De acordo com Dantas, o déficit atuarial é de R\$ 7 bilhões.

Caso a PEC paralela que tramita no Congresso seja aprovada, incluindo estados e municípios na reforma da Previdência, a previsão é de que o rombo caia entre 35% e 40% nos próximos anos em Salvador. Mesmo assim, pode ser que o próximo prefeito precise fazer mudanças na forma de concessão do benefício. “Estamos fazendo estudos e monitorando a situação constantemente. A necessidade de uma reforma, pelo próximo prefeito, é possível”, disse o secretário.

Impõe-se a construção de um novo federalismo fiscal, de modo a contemplar melhorias para Estados e Municípios